



Crianças e adolescentes recepcionadas no Salão Azul do 4º andar

Dário apoia menores em concursos de beleza enquanto faltam médicos

O fato do prefeito Dário Saadi (Republicanos), que é médico, apoiar a participação de crianças e adolescentes em concursos de beleza pode parecer um gesto protocolar. Mas, a agenda do chefe do Executivo, em 1º de outubro, as recepcionando no ar condicionado do Palácio dos Jequitibas ganha outro significado quando observada pelo prisma da realidade de Campinas. Entre um dos exemplos do que a população vem enfrentando, consta, entre outros, a suspensão dos atendimentos no Centro de Saúde de Barão Geraldo no último dia 29. A unidade dispõe de cinco equipes de Saúde da Família, mas, segundo os servidores, nenhuma está completa. Como o Ministério da Saúde recomenda que cada equipe atenda, em média, de 3 a 4 mil pessoas, as cinco cobririam, em sua capacidade máxima, apenas 20 mil habitantes, ilustrando a sobrecarga da categoria, que parou em protesto.

“Esperando Godot”

Em resposta, a prefeitura argumenta que não há déficit de enfermeiros ou agentes comunitários de saúde e que “está previsto o reforço de mais duas médicas” cujos trâmites estão em andamento. Enquanto isso, no dia 29, o CS de Barão só atendeu casos de urgência. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público de Campinas (STMC), há quase duas mil pessoas esperando uma consulta com ginecologista. E, ao contrário da recepção das misses, não hám nas redes sociais visita de Dário ao CS.



CS está carente em todas as áreas, pontua sindicato

“Vaidade das vaidades”

Em relação às crianças participantes de concursos de beleza, especificamente, Dário afirmou que devem conciliá-los com estudos e convivência familiar. Mas, a ressalva não encerra a discussão. Competições de beleza submetem menores a julgamento por atributos de aparência, e uma pevisão publicada no PubMed (o google da Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos) com 19 estudos sobre sexualização de meninas de 6 a 12 anos, encontrou associação com objetificação, estereótipos de gênero e problemas de saúde mental.

“Lolita”

O MP do Paraná orienta que esse tipo de concurso dependa de alvará judicial, mesmo com autorização dos pais. Em 2024, o MP do Amazonas participou de acordo que impediu menores de participar desse tipo de competição. A França os proíbe com menores de 13 anos e exige autorização estatal para participantes de 13 a 15 anos. Já na Bélgica, são proibidos para menores de 12.

PINGA-FOGO

PM em Barão

A Mesa Diretora da Câmara protocolou uma Moção de Apoio para o retorno da sede da 3ª Companhia do 8º Batalhão de Polícia Militar do Interior ao distrito de Barão Geraldo. A iniciativa é assinada pelos vereadores Luiz Rossini (Republicanos), presidente da Casa, por Guilherme Teixeira (PL) e Rodrigo Farmadic (União Brasil)

Agilidade

A medida atende a um pedido do Conselho Comunitário de Segurança Campinas-Barão Geraldo, de lideranças comunitárias, moradores e representantes da sociedade civil organizada, que defendem a volta da unidade policial para que respostas mais ágeis possam ser dadas às demandas de segurança da comunidade local

Prevenção

“A presença de uma sede operacional no próprio distrito contribui para o fortalecimento das ações preventivas, para a ampliação da proximidade entre a Polícia Militar e a população e para a melhoria das condições de planejamento e atendimento das demandas de segurança pública”, aponta o texto cancelado pelos vereadores

Jardim São Marcos

Além do distrito em si, o campo de atuação da 3ª Companhia abrange também o Jardim São Marcos. A sede provisória fora de Barão gera dificuldades operacionais em razão da extensão territorial, das características rurais e da necessidade de atendimento rápido. Já a presença fortalece ações preventivas, justifica o documento.

Motivo da saída

A transferência da sede física da 3ª Companhia ocorreu devido a problemas contratuais na renovação da locação do imóvel no bairro Santa Genebra II, em Barão. Com o encerramento do contrato de aluguel em março, foi instalada provisoriamente no prédio central do próprio 8º Batalhão da PM no bairro Bonfim

De Bonfim a Barão

A mudança mobilizou o Conselho Comunitário de Segurança de Barão para solicitar ao Governo do Estado e ao Comando da Polícia Militar um novo imóvel dentro do distrito, devido à preocupação com a perda da referência física imediata e ao tempo adicional de deslocamento das viaturas do Bonfim até o distrito



Prefeito Dário Saadi é presidente da Comissão de Saúde da FNP

FNP cobra do novo presidente revisão do pacto federativo

Na saúde, pede atualização da Tabela SUS e maior cofinanciamento federal

Por **Raquel Valli**

A Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) cuja Comissão da Saúde é presidida pelo prefeito de Campinas, Dário Saadi (Republicanos-SP), médico urologista, entregou uma carta aos candidatos à presidência cobrando a revisão do pacto federativo e o fim da criação de despesas federais sem indicação de custeio. De acordo com a FNP, a União invade competências locais e repassa obrigações sem recursos para os serviços municipais. Na saúde, pede a atualização da Tabela SUS e o fortalecimento do cofinanciamento na Atenção Primária, citando investimento local de R\$ 64 bilhões além do piso constitucional em 2025.

Na pauta ambiental, cobra a consolidação do federalismo climático, recursos, atualização do Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais) e suporte às Defesas Civas.

O documento registra que 93 milhões de brasileiros viviam em municípios com as piores receitas por habitante em 2025, contra 13 milhões nas cidades com melhores índices. Diante do quadro, pede a reformulação das regras do Fundo de Participação dos

Municípios e o cumprimento da Emenda Constitucional 128, que proíbe imposição de custos sem fonte de financiamento. Nas propostas tributárias, defende ajustes na reforma do consumo, participação governamental proporcional à população e atribuição municipal do imposto sobre patrimônio. Já na segurança pública, quer Guardas Municipais no rol constitucional e assento no Fundo Nacional de Segurança Pública, justificando que a violência preocupa 47% da população brasileira, segundo dados do Ipsos (multinacional especialista em pesquisa de mercado e opinião pública).

A pauta traz implementação do Marco Legal do Transporte Público com custeio federal, fortalecimento do Pnatrans (Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito) para amenizar as 37 mil mortes anuais no trânsito, recursos para o Plano Nacional de Educação 2026–2036 e regularidade repasses na assistência social.

Destaca o crescimento da população em situação de rua, de 194 mil em 2020 para 390 mil em meados de 2026, exigindo instância federativa permanente para resolução do problema.